

# GRANDE ESPACIALIZAÇÃO, YVES LACOSTE E O PRÓLOGO DE UMA GEOGRAFIA DO DESENVOLVIMENTO

*José Arnaldo dos Santos Ribeiro Junior*

Geógrafo e Professor de Geografia no Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal do Maranhão (IFMA)

[jose.ribeirojunior@ifma.edu.br](mailto:jose.ribeirojunior@ifma.edu.br)

**RESUMO:** Investiga o percurso histórico que conduziu o geógrafo marroquino Yves Lacoste a se debruçar sobre questões relativas ao desenvolvimento econômico durante a queda e ascensão dos ciclos sistêmicos de acumulação britânico e estadunidense. Quanto à perspectiva metodológica, elegemos as afinidades eletivas – que repousam na associação entre a história da geografia com uma geografia histórica do capitalismo. Ancorando-nos nessa proposição, pensamos que a geografia histórica do capitalismo – especialmente aquela da descolonização francesa em África – imprime na trajetória geográfica de Yves Lacoste um cariz anticolonial. Tal anticolonialidade não se deveu apenas à formação territorial capitalista no Magrebe, mas também àquelas afinidades [de classe] eleitas subjetivamente pelo geógrafo em tela: R. Guglielmo, B. Kayser, J. Dresch e P. George – todos foram em algum momento membros do Partido Comunista Francês. São laços políticos, institucionais e intelectuais que se cristalizam, por exemplo, na perspectiva da geografia ativa. Denota-se que o mundo pós-Segunda Guerra Mundial é o marco histórico que conduz Lacoste a refletir sobre os países subdesenvolvidos, em particular, e a geografia do subdesenvolvimento em geral – abrindo caminho, portanto, para que o autor discuta *a posteriori* Terceiro Mundo, Geografia e Geopolítica.

**Palavras-chave:** Yves Lacoste. Geografia. Subdesenvolvimento. Terceiro Mundo.

## GREAT SPATIALIZATION, YVES LACOSTE AND THE PROLOGUE OF A GEOGRAPHY OF DEVELOPMENT

**ABSTRACT:** It investigates the historical path that led the Moroccan geographer Yves Lacoste to address issues related to economic development during the fall and rise of systemic cycles of British and American accumulation. As for the methodological perspective, we have chosen

elective affinities - which rest on the association between the history of geography with a historical geography of capitalism. Anchored in this proposition, we think that the historical geography of capitalism - especially that of French decolonisation in Africa - imprints an anti-colonial character on Yves Lacoste's geographical trajectory. Such anti-coloniality was not only due to the capitalist territorial formation in the Maghreb, but also to those [class] affinities subjectively elected by the geographer in question: R. Guglielmo, B. Kayser, J. Dresch and P. George - all were at some point members of the French Communist Party. They are political, institutional and intellectual ties that crystallize, for example, in the perspective of active geography. It is noted that the post-Second World War world is the historical landmark that leads Lacoste to reflect on underdeveloped countries, in particular, and the geography of underdevelopment in general - thus paving the way for the author to discuss a posteriori the Third World, Geography and Geopolitics.

**Keywords:** Yves Lacoste. Geography. Underdevelopment. Third World

## 1 INTRODUÇÃO

O geógrafo especialista em geopolítica Yves Lacoste é um professor aposentado de Geografia da Universidade Paris VIII. Lacoste é principalmente conhecido por dois aspectos: a publicação do livro *A geografia - isso serve em primeiro lugar, para fazer a guerra*, em 1976; e, no mesmo ano, a fundação da revista *Hérodote*.

Não obstante, questões relativas ao desenvolvimento e ao Terceiro Mundo também foram objeto de reflexão do autor tal qual demonstram os seguintes livros: (1) *Les Pays sous-développés*, de 1959; (2) *Géographie du sous-développement*, de 1965; (3) *Ibn Khaldoun - Naissance de l'Histoire/Passé du Tiers Monde*, de 1966; (4) *Unité et diversité du tiers monde*, de 1980; e (5) *Contre les anti-tiers-mondistes et contre certains tiers-mondistes*, de 1985.

Enquanto objeto de reflexão neste momento, propomo-nos investigar o percurso de Yves Lacoste desde os seus anos de formação até a publicação de *Os Países Subdesenvolvidos*. Nossa hipótese é que a publicação de *Os Países Subdesenvolvidos* é, simultaneamente, um ponto de chegada – do colonialismo ao desenvolvimento – e um ponto de partida – do desenvolvimento à geopolítica – em Yves Lacoste.

Em termos de método, as afinidades eletivas repousam na associação entre a história da geografia com uma geografia histórica do capitalismo (SOUSA NETO, 2021). Ancorando-nos nessa proposição, pensamos que a geografia histórica do capitalismo – especialmente aquela da

descolonização francesa em África – imprime na trajetória geográfica de Yves Lacoste um cariz anticolonial. Tal anticolonialidade não se deveu apenas à formação territorial capitalista no Magrebe, mas também àquelas afinidades [de classe] eleitas subjetivamente pelo geógrafo em tela: R. Guglielmo, B. Kayser, J. Dresch e P. George – todos foram em algum momento membros do Parti Communiste Français. São laços políticos, institucionais e intelectuais que se cristalizam, por exemplo, na perspectiva da geografia ativa encabeçada por P. George (1975 [1964]).

A presente investigação toma como base as importantes entrevistas concedidas por Yves Lacoste (ZANOTELLI, 2005); e as contribuições analíticas e históricas realizadas por Claude Bataillon (2006) e Elisa Favaro Verdi (2017). Veremos de que forma (1) os acontecimentos histórico-geográficos na economia-mundo (BRAUDEL, 1996) norte-africana, especialmente os conflitos no Marrocos (1953-1956) e Argélia (1954-1962) durante a queda e ascensão dos ciclos sistêmicos de acumulação britânico e estadunidense (ARRIGHI, 2016); e (2) o aprendizado com os mestres geógrafos Jean Dresch (1905-1994) e Pierre George (1909-2006) vão conferir um traço anticolonial à obra lacosteana e abrirá caminho ao autor para as discussões relativas ao desenvolvimento.

## 2 GRANDE ESPACIALIZAÇÃO

Supondo-se que hajam entidades, zonas econômicas em limites relativamente fixos, um método geográfico de observação não seria eficaz? Mais que as etapas sociais do capitalismo, por exemplo, para parafrasear o belo título de uma luminosa comunicação de Henri Pirenne, não haveria interesse em descrever as etapas geográficas do capitalismo, ou, mais amplamente ainda, em promover sistematicamente em nossos estudos de história, pesquisas de geografia econômica – uma palavra, em ver como se registram nos espaços econômicos dados, as ondas e as peripécias da história? (BRAUDEL, 1992, p.121).

No senso comum, costuma-se entender o capitalismo a partir das etapas que esse modo de produção atravessou ao longo da sua história: capitalismo comercial, industrial, financeiro. Tais etapas, tal qual o próprio nome expõe, centram-se nas atividades econômicas que as qualificam: comércio, indústria, finanças. Essa leitura econômica tanto pode iluminar quanto anuviar a dimensão territorial do modo capitalista de acumulação/produção. Ademais, sem querer rifar de imediato a divisão em etapas do capitalismo – já que ela revela/esconde suas características – não

seria mais sábio atentar para lição braudeliana das etapas geográficas do capitalismo? Em que consistiria isso?

De que modo pensar o comércio [capitalista] enquanto etapa geográfica do capitalismo? Uma possibilidade é pensar que a expansão ultramarina das potências europeias é resultado da constituição de Estados organizados territorialmente, não apenas internamente, mas também para o exterior – o ultramar.

Nesse sentido, o ultramar seria a extensão territorialmente organizada de Portugal, Espanha, Países Baixos, Inglaterra e França. Tais Estados só puderam alcançar as Índias e as Américas porque corroeram a hegemonia da economia-mundo (BRAUDEL, 1996) de Veneza e Gênova no primeiro ciclo sistêmico de acumulação (ARRIGHI, 2016).

Ora: alcançar as Índias não era mais do que alcançar novas rotas comerciais? O controle do Mediterrâneo não era mais do que comercial? Nesses dois casos, controlar um mar ou uma região era converter esses espaços em extensões territoriais dos Estados conquistadores. Há então uma dialética entre espaço e comércio, tal qual a dialética capitalismo-territorialismo constatada por Arrighi (2016).

Essa dialética entre espaço e comércio tem nas assim chamadas Grandes Navegações um dos seus marcos. Pergunta-se: por que tais navegações ganharam o qualificativo de Grandes? Pelo volume de capital? Pela dimensão inaudita da escravização e do genocídio perpetrado pelos europeus? Em concordância com o que refletiu Dale Tomich, “a economia mundial desenvolve-se por meio da incorporação de zonas geográficas e ambientes naturais específicos” (TOMICH, 2011, p.76). Tomich nos convida a pensar, pelo prisma da escravidão, a dimensão geográfica da economia mundial. Talvez, mais do que uma incorporação – trazer para o próprio corpo do Estado conquistador – se trata de uma acumulação de espaços mundializáveis e em processo de mundialização através do comércio e escravidão.

Em todo caso, a acumulação de espaços e de escravos permitiu uma concentração de capitais nos principais Estados europeus (Portugal, Espanha, Países Baixos, Reino Unido e França). Ou seja, o mundo viu cada vez mais um punhado de nações concentrarem sob seu poder político o comando burguês do trabalho e dos meios de produção. Constata-se uma tendência à concentração espacial do capital.

Não obstante, em conformidade com que Marx ensinou em *O capital* (1867), se há uma tendência à concentração de capital, também existe uma tendência à centralização do capital. Apoiando-nos em Marx, fazendo um *détournement* da sua lição, percebemos a existência de uma centralização espacial do capital, especialmente no Reino Unido com a Revolução Industrial.

A Revolução Industrial, “o crescimento dentro da economia mundial capitalista do setor industrial de produção” (WALLERSTEIN, 1983, p.1), generaliza o “mecanismo de mercado” (BRAUDEL, 1996, p.193). Celso Furtado (1974, p.77) a define da seguinte forma: “a aceleração no processo de acumulação de capital e de aumento na produtividade do trabalho ocorrida entre os anos 70 do século XVIII e os anos 70 do século XIX”. Seguindo a linha de raciocínio aqui aplicada, a centralização espacial do capital na Inglaterra acarretou não apenas a aceleração da acumulação, segundo nos ensinou Furtado (1980), ou ainda a reorganização laboral no campo e cidade. Esse fenômeno permitiu uma apropriação ainda maior da natureza e do espaço – esse último sendo assim definido por Marx: “elemento necessário a toda produção e a toda atividade humana” (2008 [1894], p.1026). O espaço geográfico europeu tornou-se mais integrado territorialmente, com a invenção da locomotiva a vapor e a expansão das ferrovias. Mas também se tornou mais integrado além-mar. E para tanto dois fatores foram fundamentais: (1) “A substituição das embarcações a vela pelo vapor e dos cascos de madeira por cascos de ferro nos navios”; e, como resultado, a ocorrência de (2) “uma enorme redução no tempo necessário e nos gastos incorridos para atravessar distâncias geográficas” (NAYYAR, 2014, p.74). Nayyar (2014) bem percebeu como essa revolução nos transportes – navios a vapor, estradas de ferro – ao dismantelar as barreiras geográficas forjou o encolhimento do mundo ao mesmo tempo em que decompôs a proteção natural do artesanato e das manufaturas dos gigantes asiáticos China e Índia.

O advento dos navios a vapor reduziu em 2/3 o frete marítimo entre 1870 e 1900. A abertura do Canal de Suez reduziu à metade a distância entre Londres e Bombaim, acarretando uma diminuição acentuada no custo do frete, a qual foi igualmente drástica nas rotas marítimas que passavam pelo Mar Negro e pelos portos egípcios (NAYYAR, 2014, p.76).

Hoje se fala em integração multimodal. Ora, mas não já está em curso uma integração entre os navios a vapor e as ferrovias? E esta integração econômico-comercial não é também produto e premissa da integração espacial? Integrar é também englobar a hinterlândia dos países da economia mundial dos centros de produção aos de consumo. E certamente, as barreiras geográficas foram desmanteladas. Mas para terem sido desmanteladas foi necessária a produção de espaços que permitissem (e ainda permitem) atingir esse objetivo. O que são as ferrovias e os portos senão espaços produzidos com o intuito de superar “barreiras geográficas da distância e do tempo”? Para desmantelar as “barreiras geográficas” é preciso produzir espaços geográficos. E, sem dúvida, a “Rainha dos Mares” e “*L’Héxagon*” – para citar as duas maiores potências coloniais do longo século XIX – desmantelaram “barreiras geográficas” com seus barcos movidos a vapor e conseguiram subordinar importantes nações: da Índia à China; da Argélia à Indochina. Escreveu Deepak Nayyar (2014, p.54):

Na década de 1840, o livre-comércio foi imposto à Índia pela Grã-Bretanha e à Indonésia pela Holanda. Em 1858, o Japão assinou os tratados Harris, em Shimoda, convencido pelas canhoneiras norte-americanas do comodoro Perry a passar da autarquia para o livre-comércio. A Coreia seguiu o mesmo caminho, por meio de sua integração ao mercado com o Japão.

O imperialismo de livre-comércio (ARRIGHI, 2016), implicou simultaneamente a industrialização da Europa e a desindustrialização da Ásia. Por isso mesmo ele força as aberturas dos mercados por meio das canhoneiras e, claro, da dominação colonial. “Em 1842, a China assinou com a Grã-Bretanha um tratado que abriu seus mercados ao comércio e instituiu um teto tarifário de 5%” (NAYYAR, 2014, p.54). Em 1858, os EUA com as canhoneiras do comodoro Perry converteu a autonomia nipônica em servidão do livre-comércio. O corolário desse processo de “divisão internacional do trabalho implícita nesse padrão de comércio” foi qualificado de Grande Especialização (NAYYAR, 2014, p.55).

Verificamos que os processos de industrialização foram, *ab ovo*, processos de colonização e escravidão (os Impérios Britânico e Francês não nos deixam mentir). Sem embargo, a industrialização pioneira do Reino Unido e da França rapidamente se expande para os Estados Unidos da América, Alemanha, Itália e Japão. “O país mais desenvolvido não faz mais do que representar a imagem futura do menos desenvolvido” (MARX, 2010 [1867], p.16) Os países

menos desenvolvidos (França, Alemanha, Itália, EUA), aqueles que largaram mais tardiamente na “corrida do desenvolvimento”, representavam cada vez mais a imagem do país mais desenvolvido (Reino Unido): máquinas a vapor ocupavam seus territórios; o carvão mineral fornecia-lhe a energia; desenvolvia-se as indústrias naval, têxtil e siderúrgica; e ampliava-se o trabalho assalariado.

Todas essas mudanças no setor de transportes, energia e indústria consubstanciavam um aumento da produtividade capitalista do trabalho. Segundo Bonente (2011), Marx identificou uma tendência ao aumento da composição do capital. Em *O capital* Marx (2011 [1867], p.715) explica que:

A composição do capital tem de ser apreciada sob dois aspectos. Do ponto de vista do valor, é determinada pela proporção em que o capital se divide em constante, o valor dos meios de produção, e variável, o valor da força de trabalho, a soma global dos salários. Do ponto de vista da matéria que funciona no processo de produção, todo capital se decompõe em meios de produção e força de trabalho viva; essa composição é determinada pela relação entre a massa dos meios de produção empregados e a quantidade de trabalho necessária para eles serem empregados. Chamo a primeira composição de composição segundo o valor, e a segunda, de composição técnica. Há estreita correlação entre ambas. Para expressá-la, chamo a composição do capital segundo o valor, na medida em que é determinada pela composição técnica e reflete as modificações desta, de composição orgânica do capital. Ao falar simplesmente de composição do capital, estaremos sempre nos referindo à sua composição orgânica.

Sendo assim a tendência ao aumento da composição orgânica do capital é o que explica a introdução de novas máquinas no processo capitalista de produção, o aumento da eficiência com novas fontes de energia (eletricidade, petróleo), além de explicar o trabalhador especializado e a fabricação em larga escala.

Esses fatores (novas máquinas, fontes de energia, etc.) combinados com as tendências do capitalismo a concentrar e centralizar o capital acabaram por gerar grandes empresas monopolistas dos principais estados imperialistas do final do século XIX e primeira década do século XX: as inglesas Rio Tinto (1873), Rolls-Royce (1906), British Petroleum (1909); as francesas Michelin (1888), Peugeot (1896), Renault (1899); as estadunidenses Standard Oil Company (1870), Chevron (1879), Dow Chemical Company (1897), Goodyear (1898); as alemãs

Siemens (1847), Bayer (1863), Mercedes-Benz (1871), Bosch (1886); as italianas Pirelli (1872), Fiat (1899); e as japonesas Mitsubishi (1870), Mitsui (1876), Yasuda (1880), Yamaha (1887) e Nintendo (1889) são alguns exemplos. Observe-se que já “em 1870, a parcela da renda mundial do ‘Ocidente’ havia subido para 57%, enquanto a do ‘Resto’ caíra para 43%” (NAYYAR, 2014, p.38)

A existência dessas grandes empresas monopolistas ilustra os novos ramos industriais que se desenvolviam: siderurgia, petroquímica, automobilístico; o carvão mineral dividia espaço agora com a eletricidade e o petróleo. Todas essas inovações e o conseqüente aumento da industrialização implicavam numa concorrência entre os Estados imperialistas. Era fundamental garantir as condições fundamentais de reprodução industrial: força de trabalho, matérias-primas, mercados consumidores, fontes de energia. A solução encontrada foi uma nova onda de expansão colonial-imperial.

Para que as nações europeias pudessem se industrializar foi determinante a primarização das economias coloniais. Se Reino Unido, França e Alemanha puderam dispor de um Estado forte que protegia a indústria nacional, o mesmo não ocorreu nos países colonizados. A indústria nacional da China e da Índia foram arrasadas pelo imperialismo inglês. E se o país mais desenvolvido representa a imagem futura do menos desenvolvido, restava à França, Alemanha, Itália, EUA e Japão, colonizar os mais diversos espaços geográficos, submetê-los à sua própria geografia nacional. A Conferência de Berlim (1884-1885) é representativa. A violência desse processo praticamente converteu África, Ásia e América Central em extensões territoriais da Europa Ocidental, Japão e EUA.

Assim, do início do século XIX até 1875, o Reino Unido conquista diversos territórios: Helgoland (arquipélago alemão – 1807), Serra Leoa (1808), Maurícia Britânica (1810), o Território Britânico do Oceano Índico (1814), Malta (1814), Guiana (1814), Sri Lanka e Maldivas (1815), Ilhas Jônicas (1815), Emirados Árabes Unidos (1820), Gana (1821), Malásia (1826), Ilhas de Barlavento Britânicas (1833), Brunei (1841), Hong Kong (1842), Myanmar (1858), Índia (1859), Belize (1862), Fiji (1874), Acrotíri e Deceleia (1878), Chipre (1878), Singapura (1883), Papua (1883), Lesoto (1884), Nigéria (1884), Somália (1884), Botswana (1885), Aden (1886), Ilhas Gilbert e Ellice (1892), Ilhas Salomão (1893), Uganda (1894), Weihai

(1898), Sudão e Egito (1899), Zanzibar (1890) e Tonga (1900). Ao final do século XIX o Império Britânico possuía territórios em todos os continentes (excetuando a Antártida).

Com base nos dados levantados por Bukharin (1988 [1915]), em 1876, a superfície das colônias inglesas era de 22,5 milhões de km<sup>2</sup> com uma população de 251,9 milhões de habitantes. Em 1914, a superfície colonial aumentou para 33,5 milhões de km<sup>2</sup> com uma população de 393,5 milhões de habitantes. Nesse período, a superfície colonial aumentou 48,8% e a população colonial aumentou 56,2%. Em 1914, a superfície territorial da Inglaterra era de 0,3 milhões de km<sup>2</sup> com uma população de 46,5 milhões de habitantes. Somando as superfícies colonial e metropolitana inglesas tem-se 33,8 milhões de km<sup>2</sup>. Desses, 99% da superfície inglesa eram colônias. O somatório populacional totalizava 440 milhões de habitantes em 1914. Desse total, 89% era população colonizada pela Inglaterra. Ou seja, o território colonial inglês era 111 vezes maior que a superfície metropolitana.

A industrialização francesa ocorreu “graças à disponibilidade de reservas de carvão e de minério de ferro em sua porção oriental em áreas como a Alsácia e a Lorena, disputadas pela Alemanha” (ANDRADE, 1999 [1988], p.44). A indústria demandou uma nova onda de anexações territoriais a partir de 1875, e os franceses estabelecem um protetorado na Tunísia<sup>1</sup> (1881), fundam a África Ocidental Francesa (1895), colonizam Madagascar (1895), fundam a África Equatorial Francesa<sup>2</sup> (1910) e estabelecem um protetorado no Marrocos (1912). Com o fim da Primeira Guerra Mundial, os franceses ocupam o Togo (1922) e Camarões (1922). “No fim do século XIX, a superfície das colônias francesas era 19 vezes superior à da própria França (BUKHARIN, 1988 [1915], p.77)”. Em 1876, a superfície das colônias francesas era de 0,9 milhões de km<sup>2</sup> com uma população de 6 milhões de habitantes. Em 1914, a superfície colonial era de 10,6 milhões de km<sup>2</sup> com uma população de 55,5 milhões de habitantes. Nesse período, a superfície colonial aumentou 1.077% e a população colonial recresceu 825%. Em 1914, a

---

<sup>1</sup> A França executou, de fato, uma ocupação preventiva da Tunísia, especialmente em relação à Itália e ao Reino Unido. Magdoff (1979 [1978], p.52) elucidou que ambos os países (França, Itália e Reino Unido) haviam emprestado grandes somas aos governantes (*beis*) da Tunísia. A armadilha da dívida externa desembocou na nomeação de comissários da dívida pelos credores. Assim, receitas tunisianas foram empenhadas para pagar os juros dos títulos das dívidas. A priorização do pagamento da dívida na receita pública fez aumentar a pressão para que os tunisianos pagassem mais impostos. O resultado foi uma insatisfação popular que enfraqueceu o governo tunisiano “vendido” aos interesses alienígenas. O perigo de uma revolta popular engendrou ainda mais a ocupação formal da França.

<sup>2</sup> Chade, Congo, Gabão e República Centro-Africana.

superfície territorial da França era de 0,5 milhões de km<sup>2</sup> com uma população de 39,6 milhões de habitantes. Somando as superfícies colonial e metropolitana francesas tem-se 11,1 milhões de km<sup>2</sup>. Desses, 95,5% da superfície francesa eram colônias. O somatório populacional totalizava 95,1 milhões de habitantes em 1914. Desse total, 58,36% era população colonizada pela França.

Bukharin (1988 [1915]) lembra que a política colonial da Alemanha data de 1884. Na Oceania, estabelecem o protetorado de Nova Guiné Alemã (1884); na África, um protetorado na Namíbia (1884) e a África Oriental Alemã<sup>3</sup> (1885); colonizam a Baía de Kiauchau (1897), na China; aquisição, junto à Espanha, das Ilhas Carolinas e Ilhas Marianas (1899); e, finalmente, Samoa Alemã (1900) no Oceano Pacífico. Com base nos dados de 1914, a superfície territorial das colônias alemãs era de 2,9 milhões de km<sup>2</sup> com uma população de 12,3 milhões de habitantes. A superfície metropolitana alemã era de 0,5 milhões de km<sup>2</sup> com uma população de 64,9 milhões de habitantes. Somando as superfícies colonial e metropolitana alemãs tem-se 3,4 milhões de km<sup>2</sup>. Desses, cerca de 85% da superfície alemã eram colônias. O somatório populacional totalizava 77,2 milhões de habitantes em 1914. Desse total, cerca de 16% correspondia à população colonial.

Bukharin (1988 [1915]) não tem dados das superfícies e das populações coloniais da Alemanha para o ano de 1876. Isso se explica pelo lançamento tardio da Alemanha na corrida territorial. Em todo caso, com base nos dados de 1914, a superfície territorial das colônias alemãs era de 2,9 milhões de km<sup>2</sup> com uma população de 12,3 milhões de habitantes. A superfície metropolitana alemã era de 0,5 milhões de km<sup>2</sup> com uma população de 64,9 milhões de habitantes. Somando as superfícies colonial e metropolitana alemãs tem-se 3,4 milhões de km<sup>2</sup>. Desses, cerca de 85% da superfície alemã eram colônias. O somatório populacional totalizava 77,2 milhões de habitantes em 1914. Desse total, cerca de 16% correspondia à população colonial.

Os EUA acumularam territórios internamente das mais diversas formas: adquire da França o território da Louisiana (1803); compra da Espanha o território da Flórida (1819); aufere da Rússia o território do Alasca (1867). Não obstante, a Guerra contra o México (1846-1848) e o massacre dos povos originários também foram fundamentais para garantir a atual extensão territorial dos EUA. Do México, os EUA tomaram – parcial ou totalmente – Califórnia, Texas,

---

<sup>3</sup> Além de Tanganica (parte da atual Tanzânia), incluía Burundi e Ruanda.

Novo México, Utah, Wyoming, Arizona, Colorado; da Guerra contra a Espanha (1898) conquistam Porto Rico, Filipinas e Guam; em 1898, anexaram o território do Havaí. Bukharin (1988, [1915]) apontou que em 1914 a superfície das colônias estadunidenses era de 0,3 milhões de km<sup>2</sup> com 9,7 milhões de habitantes.

O Japão também operou um “sucesso” mais ou menos comparável. Lembremos, com ajuda de Deepak Nayyar, que foi os EUA que exportou a “liberdade” para o Japão. As canhoneiras de Perry abriram “democraticamente” o país ao Ocidente imperial-liberal. A Era Meiji (1867-1912) foi o período da revolução burguesa nesse país. Essa revolução burguesa se particularizou da seguinte forma: reforma agrária, construção de infraestrutura ferroviária (1872), criação do Banco do Japão, de universidades, do iene, estabelecimento de uma monarquia constitucional. Diferente dos Estados Unidos, no qual o processo de industrialização implicou primeiramente numa acumulação territorial interna, o Japão não tinha essa alternativa. Era preciso buscar matérias-primas, força de trabalho, fontes de energia e ampliar o mercado interno num movimento exterior. Não que os EUA não tenham feito isso, mas esse será um processo muito mais acentuado no Japão. Territorialmente, o primeiro movimento é a ocupação de Taiwan após a Guerra Sino-Japonesa (1894-1895); também anexou a Coreia em 1910 e, em 1931, ocupou a Manchúria. Bukharin (1988, [1915]) apontou que, em 1914, a superfície das colônias japonesas era a mesma que as colônias estadunidenses: 0,3 milhões de km<sup>2</sup>. No entanto, enquanto nas colônias estadunidenses habitavam 9,7 milhões de pessoas, nas colônias nipônicas habitavam 19,2 milhões de pessoas – 50% a mais, portanto. Observe-se ainda que a superfície metropolitana japonesa era de 0,4 km<sup>2</sup> em 1914, enquanto a superfície colonial sobre seu domínio era de 0,3 km<sup>2</sup>. Ou seja: do total da superfície territorial japonesa (0,7 km<sup>2</sup> em 1914) as colônias respondiam por 42%.

Estabeleceu-se uma divisão internacional do trabalho na qual as colônias serviam de matéria-prima ao desenvolvimento dos impérios. Assim, entende-se neste artigo que as colônias não serviam apenas matérias-primas: elas eram as matérias-primas que, trabalhadas e exploradas violentamente, consubstanciavam a nova fase industrial do Reino Unido, França, Estados Unidos, Alemanha e Japão. Deepak Nayyar (2014) notou a ocorrência de uma Grande Especialização. Neste artigo, também gostaria de chamar a atenção para a Grande Espacialização: os territórios coloniais foram forçadamente convertidos pelo imperialismo de livre-comércio principalmente

em zonas agrominerais. A Grande Espacialização mostrou-se uma continental primarização produtiva.

A competição entre os estados imperiais pelas condições de sustentação de seu processo industrial (fontes de energia, mercados consumidores, matérias-primas e força de trabalho), e o próprio desenvolvimento industrial levado a cabo pelo Reino Unido, França, Estados Unidos, Alemanha e Japão não poderia resultar em algo que não fosse, pela primeira vez na história, uma Guerra Mundial:

A completa revolução em toda a arte da guerra, levada a cabo pela incorporação de toda a população capaz de pegar em armas em exércitos cujos efetivos só por milhões se podiam contar e, bem assim, as armas de fogo, os projéteis e os explosivos de uma potência até então inaudita puseram, por um lado, bruscamente, termo às guerras do período bonapartista e asseguraram um desenvolvimento industrial pacífico ao tornar impossível qualquer outra guerra que não fosse uma guerra mundial de inaudita crueldade e de desfecho absolutamente imprevisível (ENGELS, 2008 [1895], p.49).

Ressaltemos que Engels escreve isso 19 anos antes da eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Essa inaudita crueldade, esse corolário das disputas imperialistas – “que envolveu todas as grandes potências, e na verdade, todos os Estados europeus, com exceção da Espanha, os Países Baixos, os três países da Escandinávia e a Suíça” (HOBSBAWM, 1995 [1994], p.31) – mostrou em escala nunca vista o quanto o capitalismo dominado pelos monopólios e pelas grandes potências poderia transformar as forças produtivas (trabalho, máquinas, ferramentas, elementos naturais, infraestrutura, técnicas, tecnologias) em forças destrutivas<sup>4</sup>. Mas não é de se estranhar: Bukharin também ensinou que a guerra era a fase decisiva da política imperialista; que a política imperialista aparecia enquanto solução dos antagonismos; ou ainda que a internacionalização da vida econômica nacional conduz inexoravelmente a resolução dos conflitos através do fio da espada. Esse acontecimento foi fundamental para marcar o fim do liberalismo e do século britânico, conseqüentemente. A guerra terminou em 11 de novembro de 2018. 116 mil soldados estadunidenses foram mortos e 204 mil

---

<sup>4</sup> “No desenvolvimento das forças produtivas chega-se a uma etapa em que são originadas forças produtivas e formas de trocas as quais, no quadro das relações existentes, produzem apenas estragos e não são mais forças produtivas, e sim forças destrutivas (maquinaria e dinheiro); e junto disso, surge uma classe que tem de suportar todos os ônus da sociedade sem usufruir de suas vantagens” (MARX; ENGELS, 2007, p.105).

ficaram feridos; as baixas europeias foram estimadas em 8 milhões de militares e entre 6 a 10 milhões de civis; o povo russo teve 1,7 milhão de mortos e quase 5 milhões de feridos (STONE; KUZNICK, 2015)

Por sua vez, a Grande Depressão “destruiu o liberalismo econômico por meio século” (HOBSBAWM, 1995 [1994], p.99). Celso Furtado (1980, p.122) escreveu que com a Grande Depressão teve início “um ‘fechamento’ das economias periféricas, ou seja, a reversão do processo anterior de especialização internacional”. Se no modo capitalista de produção os agentes de desenvolvimento são o Estado e o Mercado, o fim – momentâneo – do liberalismo apontou para uma maior intervenção estatal na economia. É bom clarificar que a intervenção estatal na economia é ineliminável no modo capitalista de produção. O que é importante salientar é que os Estados nacionais passarão a planejar, coordenar as estratégias de desenvolvimento.

O “Estado ativo” e as “experiências de intervenção” terão no planejamento econômico uma das técnicas de mediação do desenvolvimento econômico. A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (1922-1991) será um importante ponto de inflexão nesse sentido vez que atravessou um processo de industrialização intensa e veloz, com pouca utilização de recursos externos e atingindo situação de pleno emprego com expressivos ganhos sanitários e educacionais (BASTOS; BRITTO, 2010).

De 1929 a 1940, a produção industrial soviética triplicou, no mínimo dos mínimos. Subiu de 5% dos produtos manufaturados do mundo em 1929 para 18% em 1938, enquanto no mesmo período a fatia conjunta dos EUA, Grã-Bretanha e França caía de 59% para 52% do total do mundo. E mais, não havia desemprego (HOBSBAWM, 1995 [1994], p.100).

Consequentemente, a rapidez com que a URSS se industrializa e se desenvolve economicamente – baseada em Planos Quinquenais – e o fato de os EUA terem iniciado a superação da Grande Depressão a partir do *New Deal* (1933-1939) são eventos comprovadores da importância política do planejamento nacional. O *New Deal* foi decisivo para recuperar a economia estadunidense. Com a retomada do crescimento econômico as economias imperialistas se conflagraram uma vez mais em escala mundial.

“A Segunda Guerra Mundial foi uma aula de geografia do mundo” (HOBSBAWM, 1995 [1994], p.32). Ela erodiu ainda mais o poder político, econômico e militar das potências europeias. Essa decadência fez com que as potências neocoloniais ocidentais perdessem seus domínios territoriais. Tal perda foi marcada por um longo e violento processo de descolonização em África e Ásia que culminou na independência política das ex-colônias. De acordo com Andrade (1999 [1988]), as causas da descolonização foram as mais variadas: a redistribuição das colônias italianas; o declínio do Reino Unido e da França – no que poderíamos chamar de vitória tática na guerra, mas derrota estratégica para os planos de manutenção dos seus impérios; a pressão dos EUA para erigir um mundo à sua imagem e semelhança; as lutas nacionalistas em prol da independência e autodeterminação; os movimentos revolucionários na Indonésia, Indochina e Argélia – também acrescentaríamos a Coreia; a propagação do socialismo com a vitória decisiva da URSS na guerra e o triunfo da revolução comunista na China.

No espaço-tempo da Guerra Fria (1945-1991) o processo de reconstrução do continente europeu se põe, mais uma vez, na ordem do dia. A URSS lança o Conselho para Assistência Econômica Mútua<sup>5</sup> (COMECON, fundado em 1949) para fazer frente aos estadunidenses, ao passo que o Plano Marshall iniciava “a reconstrução da Europa Ocidental à imagem norte-americana e, direta e indiretamente, deu uma contribuição decisiva à ‘decolagem’ da expansão do comércio e da produção mundiais das décadas de 1950 e 1960” (ARRIGHI, 2016 [1994], p.306).

No entanto, os EUA acabaram se descuidando da América Latina e de seus problemas de desenvolvimento econômico, especialmente no que toca a industrialização. A própria Ásia, nos conta Edgar Dosman (2011), havia substituído a América Latina enquanto região prioritária<sup>6</sup>. Não foi o mesmo caso com a ONU, ainda que este organismo internacional tenha sido inspirado pelos estadunidenses. Entre as prioridades da ONU estava a de definir uma política de enfrentamento ao subdesenvolvimento (MORAES, 1995). Assim, em 1947, o Conselho Econômico e Social nomeou um comitê para averiguar a conveniência de criação de uma comissão que contribuísse para o desenvolvimento econômico da América Latina, coordenasse

---

<sup>5</sup> Foram membros fundadores a Albânia, Bulgária, Hungria, Polônia, Romênia, URSS e Tchecoslováquia. Posteriormente fariam parte Cuba, Mongólia, República Democrática Alemã e Vietnã

<sup>6</sup> “A Universidade de Columbia, por exemplo, mudara os planos de estabelecer um centro de pesquisas sobre a América Latina, preferindo criar o Instituto de Estudos Asiáticos, o que refletia a mudança na política externa dos Estados Unidos conforme a Guerra Fria se espalhava da Europa para a região Ásia-Pacífico” (DOSMAN, 2011, p.271).

ações para este fim e reforçasse as relações econômicas entre os países membros e outros Estados do mundo.

O desgaste das economias latino-americanas, a tendência à deterioração dos termos de intercâmbio e um crescimento excessivamente lento foram as conclusões que o referido comitê alcançou (MORAES, 1995). Dessa forma, nascia a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) estabelecida pela resolução 106 do Conselho Econômico e Social, em 25 de fevereiro de 1948<sup>7</sup>. Foi pensada para existir experimentalmente durante três anos. Isso porque os EUA – governados à época por Harry S. Truman (1884-1972) – não via com bons olhos uma instituição concorrente ao “Ministério das Colônias ianques”, forma com a qual Fidel Castro chamava a Organização dos Estados Americanos, fundada dois meses depois em 30 de abril de 1948.

Para o bem e/ou para o mal, os EUA passam a estimular o desenvolvimento dos países a partir da Doutrina Truman. Inerente à essa doutrina estava a proposição de um programa de apoio ao desenvolvimento dos países atrasados (BASTOS; BRITTO, 2010). Trata-se do ponto IV do discurso inaugural de Truman em 20 de janeiro de 1949<sup>8</sup>. Lê-se: “Quarto, devemos embarcar em um novo programa ousado para tornar os benefícios de nossos avanços científicos e progresso industrial disponíveis para o aprimoramento e crescimento de áreas subdesenvolvidas<sup>9</sup>”.

Por esse prisma, desenvolvimento pode ser pensando na qualidade de estratégia anticomunista, na medida em que para conter o comunismo é preciso expandir o desenvolvimento econômico capitalista. Ademais, a pobreza, baixa expectativa de vida, analfabetismo, subnutrição, altas taxas de natalidade e mortalidade e, acima de tudo, a desigualdade entre os países, são evidências factuais do processo global de desenvolvimento capitalista.

No mesmo ano do discurso de posse de Truman, o economista argentino Raúl Prebisch (1901-1986) escreve *O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais*. Esse texto era uma introdução ao *Estudio económico de la América Latina*

---

<sup>7</sup> Para Nery (2011), a criação da CEPAL data de novembro de 1947, quando da Assembleia Geral da ONU. O pensamento cepalino pode ser acessado em Rodríguez (1981).

<sup>8</sup> O discurso pode ser acessado em: <https://www.bartleby.com/124/pres53.html>

<sup>9</sup> “Fourth, we must embark on a bold new program for making the benefits of our scientific advances and industrial progress available for the improvement and growth of underdeveloped areas”.

publicado pela CEPAL (2000 [1949]), publicado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, criada em 1947 pela ONU (NERY, 2011). Em ambos os textos, mas principalmente no autógrafo de Prebisch, encontra-se uma crítica frontal à teoria das vantagens comparativas de David Ricardo (1988 [1817]). Prebisch (2000 [1949], p.71) admitia “incontestável validade teórica” aos benefícios econômicos da divisão internacional do trabalho. Contudo, alertava que era comum se esquecer que esse raciocínio se baseava numa premissa que os fatos desmentiam. A premissa: “o fruto do progresso técnico tende a se distribuir de maneira equitativa por toda a coletividade, seja pela queda dos preços, seja pelo aumento correspondente da renda”. Em tese, pelo intercâmbio entre as nações, os países de produção primária capturariam a sua parte correspondente no progresso técnico. Como resultado, não precisariam se industrializar. “Ao contrário, sua menor eficiência os faria perderem irremediavelmente os benefícios clássicos do intercâmbio”.

Mas a deterioração dos termos de intercâmbio era implacável. Arghiri Emmanuel (1973 [1972], p.38) indicou que, com base em séries publicadas pela ONU, evidenciava-se “uma deterioração da ordem dos 40 por cento dos termos de troca dos países produtores de produtos primários” do final do século XIX até as vésperas da segunda guerra mundial. Outro exemplo é dado por Octavio Rodríguez (2009 [2006]). Entre janeiro de 1929 e janeiro de 1933, os preços das matérias-primas apresentam quedas assustadoras: trigo, 58%; café, 59%; algodão, 66%; lã, 78%; cobre, 71%; borracha, 87%. Isso, conclui Rodríguez (2009 [2006], p.65) com o exemplo da terra de Prebisch, “obriga a Argentina, em 1933, a realizar um esforço exportador 73% superior ao de antes da eclosão da crise para ter acesso à mesma quantidade de manufaturas importadas”.

Por consequência, a teoria das vantagens comparativas só pode levar à deterioração dos termos de troca, ou seja, os países do Sul são obrigados a transferir mais produtos para os países do Norte – para compensar a deterioração. “[...] o preço dos produtos primários” – escreve Fernando Henrique Cardoso (1980 [1977], p.24) – “tende a *declinar* como proporção do preço dos produtos industrializados”. O subdesenvolvimento se explicaria nos termos da relação centro-periferia do sistema econômico mundial. Enquanto a estrutura produtiva da periferia é heterogênea e especializada, nos centros ela é homogênea e diversificada (RODRIGUEZ, 1981). Assim sendo, os ganhos de produtividade da periferia são drenados para o centro. Nesse modelo, longe de efetivar-se um crescimento equilibrado, desenvolve-se, ao contrário, desigualdades

elevadas. Destarte, a conclusão de Prebisch pela necessidade da industrialização enquanto meio para capturar o fruto do progresso técnico e majorar gradualmente o bem-estar da população.

Se Prebisch e a CEPAL chamavam a atenção para a deterioração dos termos da troca, criticando a teoria das vantagens comparativas, Deepak Nayyar compenetra-se no distanciamento nas respectivas rendas dos países e regiões mundiais. A essa constatação, Nayyar (2014, p.39-45) qualificou de *Grande Divergência*. O arco temporal é mais amplo que aquela da tese Prebisch-CEPAL. Nesta última, o foco era principalmente o eixo Grande Depressão-Pós-Segunda Guerra. Por sua vez, Nayyar agrupa dados de 1820 até 1950<sup>10</sup>. Relacionando população e participação na renda, observa que a participação da Ásia na população mundial diminuiu de 65% para 52%, enquanto a participação na renda mundial caiu de 57% para 16%. O PIB *per capita* da América Latina caiu de 3/5 para 2/5; o da África desceu de 1/3 para 1/7; e o da Ásia diminuiu de 1/2 para 1/10. Especificamente na Ásia, a queda assustadora deve-se ao declínio das economias continentais: na China, a porcentagem do PIB *per capita* reduziu de 50% para 7%, ao passo que na Índia encolheu de 45% para 10%.

A Grande Divergência foi o resultado da desigualdade da produtividade capitalista do trabalho. Essa desigualdade fundou-se com a imposição europeia do livre-comércio à América Latina, Ásia e África. Enquanto esses continentes experimentavam uma Grande Especialização primário-produtiva, as potências imperialistas ocidentais se industrializavam. Não obstante, essa grande especialização regional-mundial evidenciou a tremenda disparidade existente no nível de vida entre as potências imperiais (Reino Unido, França, EUA, Alemanha, Itália, Japão); as antigas colônias (América Latina, Ásia e África); e um mundo novo que havia surgido a partir da Revoluções Russa<sup>11</sup> (1917), configurando, logo, uma nova estrutura geográfica de relações espaciais.

---

<sup>10</sup> Esse agrupamento que Nayyar realiza não é fortuito, especificamente o acento a partir de 1820. Ricardo publicou sua *magnum opus* em 1817. À época, a divisão internacional do trabalho – radicada na revolução industrial – está já relativamente consolidada.

<sup>11</sup> Era de fato um mundo novo que emergia. A título de ilustração, “em 1897 – no último censo czarista – menos de um terço dos russos eram considerados alfabetizados (sendo apenas 13% mulheres). Em 1917, um terço dos homens e menos de um quinto das mulheres eram alfabetizadas. [...] Em 1937, após duas décadas de Revolução, os níveis de alfabetização aumentaram para 86% entre os homens e 65% entre as mulheres. [...] Para efeitos de comparação, a taxa de alfabetização da Índia, após dois séculos de domínio colonial britânico, permaneceu em 12%” (PRASHAD, 2019, p.70).

A expressão Terceiro Mundo foi cunhada pelo demógrafo francês Alfred Sauvy (1898-1990). Apareceu no jornal *L'Observateur* edição de 14 de agosto de 1952 intitulada *Trois Mondes, Une Planète*, ou seja, Três Mundos, Um Planeta.

Deve-se compreender a reflexão de Sauvy nos termos da rivalidade entre o capitalismo ocidental e o comunismo oriental. Trata-se de uma expressão forjada no âmbito da Guerra Fria, quer dizer, um escrito formulado no bojo do “constante confronto das duas superpotências que emergiram da Segunda Guerra Mundial” (HOBSBAWM, 1995 [1994], p.223).

É nesse contexto que a expressão terceiro mundo, aludindo diretamente à existência de um primeiro e um segundo mundo, manifesta uma divisão do espaço geográfico em escala mundial. No “Primeiro Mundo” – o capitalismo ocidental – encontravam-se os Estados Unidos e seus cúmplices; no “Segundo Mundo” – o comunismo oriental – estavam a URSS e os seus aliados.

O Terceiro Mundo abrangia dois tipos de países: os capitalistas subdesenvolvidos – por oposição aos países capitalistas desenvolvidos do Primeiro Mundo; e os países socialistas não-alinhados à URSS – Segundo Mundo. Destarte, os Estados do Terceiro Mundo localizavam-se eminentemente em África, Ásia e América Latina, e comungavam, dentre outros fatores, de uma independência política tardia.

De fato, o passado colonial das nações africanas, asiáticas e latino-americanas, conferia certa unidade geopolítica frente às nações imperialistas, mas também à URSS. Essa unidade geopolítica expressou-se na Conferência de Bandung (Indonésia), realizada entre 18 e 24 de abril de 1955, que reuniu Estados de África e Ásia que recentemente haviam conquistado sua independência política. Sob a influência da Conferência de Bandung, originou-se um movimento diplomático e geopolítico que professava o não-alinhamento às superpotências.

A questão que se põe agora é: em que medida esse conjunto de circunstâncias socioeconômicas e geopolíticas influenciaram o percurso intelectual de Yves Lacoste? Tendo em vista que o autor em tela dedicou, pelo menos, cinco livros que tratam diretamente da questão do subdesenvolvimento e do Terceiro Mundo, optamos por reconstituir a trajetória biográfica e intelectual até a publicação do livro que inaugura suas reflexões sobre o tema: *Les Pays Sous-Développés*.

### 3 UM “COLONIAL” DE TIPO PARTICULAR

Yves Lacoste nasceu no hospital militar de Fez, Marrocos, em 07 de setembro de 1929 – filho de Georgette Petit e Jean Lacoste (1901-1941). Naquela cidade passa sua infância e adolescência. Na sua infância dois acontecimentos importantes marcarão sua vida: (1) O interesse pela geologia que advém de seu pai – Jean Lacoste – que era geólogo de formação e responsável pela exploração de petróleo no Marrocos; e (2) a existência do próprio Marrocos, protetorado da França desde 1912.

Sim, na minha infância aconteceram duas coisas. De um lado, meu pai, que era geólogo e dirigia as pesquisas de petróleo no Marrocos e que faleceu em 1942, me deu o gosto pela geologia, que poderíamos chamar de ciência da Terra. Quase fui geólogo, mas a geologia tinha tomado um rumo cada vez mais matemático, com laboratórios etc., o que não me dava prazer. De outro lado, o Marrocos era, também, quando eu era pequeno, a gente o via muito bem, meu pai me contou, me apresentou, uma forma de realização do espaço onde a decisão de um pequeno número de homens, de militares, podia ter consequências consideráveis. Minhas primeiras lembranças de criança são lembranças militares. E penso que, se não estivéssemos no fim dos impérios [...] provavelmente eu teria sido um militar (ZANOTELLI, 2005, p.63)

Na primavera de 1939, a família de Lacoste vai se instalar em Bourg-la-Reine, na Île-de-France, na avenida do *lycée* Lakanal. Sem qualquer explicação, seus pais dizem que não retornarão mais ao Marrocos e que passarão a viver definitivamente na França. Isso agrada a Lacoste. Embora amasse o Marrocos – com suas paisagens e mesquitas – e fosse orgulhoso de ali ter vivido, ele não fala árabe. Por isso, e por falar o francês, ele já considera a França seu *pays* (LACOSTE, 2018).

Obtém um bacharelado em filosofia<sup>12</sup>. Em seguida, dirige-se à Sorbonne para se informar sobre as modalidades do curso de geologia – interesse antigo derivado diretamente do pai, das paisagens observadas no Marrocos, do gosto pelas viagens e aventuras também em França. É informado que primeiro deveria obter o bacharelado SPCN (*sciences physiques chimiques et*

---

<sup>12</sup> Na juventude, Yves era leitor de Friedrich Nietzsche (1844-1900)

*naturelles*), cuja base é um bom nível em matemática – mas ele havia desistido do bacharelado de matemática elementar.

Dirige-se então ao *Musée d'histoire naturelle* onde costumava ir coletar fósseis e amostras de rochas do laboratório de geologia. Contacta o professor Orcel<sup>13</sup>, amigo de seu pai. Lacoste tem o desejo de cursar geologia. Mas Orcel explica que não se praticava mais geologia como antes da Segunda Guerra Mundial, ou seja, percorrendo o campo. A nova forma de praticar a geologia era por intermédio da geodésia, logo, com métodos matemáticos. Isso significava que Lacoste não poderia mais fazer geologia da forma que seu pai fez. E tal matematização não agrada e não o atrai.

Vai se aconselhar então com duas pessoas. A primeira delas é Pierre George. Curiosamente, ciente do histórico de Lacoste – àquela altura com 16 anos – George aconselha-o a fazer *Sciences Po*. Lacoste declina porque não quer retornar ao *lycée* fazer aulas preparatórias e tampouco deseja se tornar “subprefeito”. A segunda pessoa com quem se aconselha é Jean Dresch. Este vai se mostrar decisivo. Primeiro porque os primeiros passos de Dresch enquanto geomorfólogo e geólogo no Marrocos foram ajudados pelo pai de Lacoste. Dresch explica que, em geomorfologia, a geologia é considerada seja num estudo de superfície, seja em uma profundidade reduzida. Ademais, desde o governo de Vichy existe uma *agrégation*<sup>14</sup> de geografia, no qual a parcela de geografia física é importante e parte significativa da história permanece. Assim, de férias em Contrexéville, Lacoste toma a decisão de se inscrever em geografia, embora a imagem chata que ele tinha dela no *lycée*.

Em 1948, três anos depois da Segunda Guerra Mundial e dois anos depois de adentrar ao Instituto de Geografia, Lacoste vai se filiar ao PCF. Kayser conta que ele e Lacoste se encontravam “em um grupo formado pela nossa filiação política. Todo nosso pequeno grupo era membro do Partido Comunista. Naquela época, quando chegávamos à Sorbonne, se éramos progressistas, pelo menos em geografia, não podíamos ser outra coisa senão comunistas” (ZANOTELLI, 2005, p.41). É importante observar que esse “tornar-se comunista” decorreu mais de um forte sentimento patriótico (LACOSTE, 2010) que de uma adesão efetivamente real à perspectiva comunista.

---

<sup>13</sup> Trata-se, presumivelmente, do mineralogista francês Jean François Orcel (1896-1978).

<sup>14</sup> Trata-se de um concurso que possibilita o exercício da docência no ensino público secundário francês, nos *Lycées*.  
Revista Percurso - NEMO  
ISSN: 2177- 3300

Em 1951, Lacoste consegue um *Diplôme d'études supérieures*<sup>15</sup> (DES) com uma dissertação sobre a geomorfologia do Gharb marroquino. Repare-se aqui o reencontro duplo que Lacoste efetua: com a geologia, através da interface geomorfológica; e com o Marrocos colonial. Se Lacoste não seguiu os passos do pai – tornar-se geólogo – porque essa disciplina se matematizava, ele a reencontra em uma forma superior realizando trabalho de campo – por oposição ao laboratório. O trabalho de campo geomorfológico no Marrocos é um traço da sua vocação magrebina (BATAILLON, 2006).

Consegue a *agrégation* de Geografia em 1952. Lacoste almeja, com o consentimento da esposa Camille Dujardin, de ir ensinar em Fort Lamy<sup>16</sup>, capital do Chade. Dresch informa que não há posto de *agrégé* (LACOSTE, 2010). O casal decide ir viver no Marrocos para serem professores e iniciarem as teses em geomorfologia e etnologia. Mas Dresch os dissuade porque tornou-se perigoso o trabalho de campo desde a deposição do sultão Maomé ibne Iúçufe<sup>17</sup> (1909-1961), em 1953, por causa de seu apoio ao movimento nacional.

Surpreendentemente, Dresch aconselhou o casal a ir para um lugar não menos agitado: a Argélia. Segundo o mestre, na Argélia tudo estava calmo<sup>18</sup>. Lacoste ironiza: ele parecia ter esquecido a tragédia de 8 de maio de 1945<sup>19</sup>. Era o dia em que se celebrava a derrota do Terceiro *Reich* para os Aliados. Wolf (1973 [1969]) calculou entre 8.000 e 10.000 muçulmanos que se reuniram para comemorar a vitória aliada. Mas, a França resolveu dar outra prova de sua infindável capacidade de “ensinar a liberdade”. Uma terrível repressão se abateu sobre Sétif. Nacionalistas argelinos aproveitaram a ocasião para pedir a igualdade entre muçulmanos e cristãos; a libertação do líder político nacionalista Messali Hadj (1898-1974); e o fim da colonização, da mesma forma que os franceses não aceitaram ser colonizados pelos nazistas. Porém, as forças armadas francesas trataram de mostrar que liberdade, igualdade e fraternidade se reservavam somente para os seus congêneres. Sequer tolerou a bandeira da Argélia nas manifestações. A polícia reprimiu fortemente os rebeldes. A conjugação de escassez de alimentos

---

<sup>15</sup> O Diploma de estudos superiores de Geografia foi instituído em 1894. Era uma etapa necessária para o exame de *agrégation*.

<sup>16</sup> Desde 1973, a cidade atende pelo nome de N'Djamena.

<sup>17</sup> Maomé V

<sup>18</sup> “[...] où tout était calme” (LACOSTE, 2018, p.68)

<sup>19</sup> “Il semblait avoir oublié le drame du 8 mai 1945” (LACOSTE, 2018, p.68)

e fome crônica foi mais um combustível no ódio. Em Sétif, os rebeldes mataram mais de cem europeus<sup>20</sup>. As rebeliões se espalharam também para Guelma e Kherrata: a repressão recresceu. Fanon (1958a [2020], p.133) calcula em 45 mil o número de mortos em Sétif; Wolf (1973 [1969]) acha mais provável 15 mil.

De qualquer forma, Lacoste se desloca para a Argélia “onde foi professor de liceu entre 1952 e 1955” (VERDI, 2017, p.2). A ida para Argel é um novo capítulo na formação: tal qual o Marrocos, trata-se de um país franco-colonial; é também uma nova experiência docente – mas agora num espaço geográfico colonial. Ele vai para substituir o geógrafo André Prenant, nomeado assistente no Instituto de Paris, em 1952, graças à Jean Dresch. Ambos frequentam os círculos do Partido Comunista Argelino<sup>21</sup>, do diário *Alger Républicain*<sup>22</sup>, do *Mouvement pour le triomphe des libertés démocratique*<sup>23</sup> e da *Union démocratique du manifeste algérien*<sup>24</sup> (BATAILLON, 2006). São e serão essas experiências coloniais e a descoberta do importante historiador Ibn Khaldoun que farão o geógrafo desviar a vocação da geomorfologia para os problemas dos países do Terceiro Mundo (LACOSTE, 1989).

A guerra da Argélia cancela qualquer possibilidade de trabalho de campo para a tese de doutorado. Lacoste volta, então, para a França – via Marrocos e Espanha. Ele informa seus mestres que foi excluído do *lycée* Bugeaud. O normal era ir para um *lycée*, mas graças à Dresch e George é informado de uma posição de assistente no Instituto de Geografia, não em geomorfologia, mas em geografia humana – sob direção de George. Contudo, seu interesse à época eram as formas de relevo, a geomorfologia, que havia descoberto na planície do *Rharb* e suas bordas montanhosas. E não lhe pareceu muito interessante fazer geografia humana com alunos iniciantes. Isso porque, para ele, em geografia humana os raciocínios pareciam-lhe mais simples que em geomorfologia – onde devia ser utilizado cartas geológicas muito detalhadas e um vocabulário mais preciso e científico. Podemos inferir, também, que Lacoste estava dividido – se nos é possível usar esse termo – entre Dresch e George. Dresch simbolizando, principalmente, a geomorfologia; George, por seu turno, a geografia humana. Durante uma

---

<sup>20</sup> Hernandez (2008 [2005], p.477) calcula em aproximadamente 20 franceses o número de mortos até a polícia restabelecer a ordem.

<sup>21</sup> Fundado em 1920.

<sup>22</sup> Fundado em 1938, um dos seus jornalistas foi Albert Camus (1913-1960).

<sup>23</sup> MTLD. Partido nacionalista fundado em 1946 cujo presidente fora Messali Hadj.

<sup>24</sup> UDMA. Partido político criado por Ferhat Abbas (1899-1985) em 1946. Abbas permanecerá nesse cargo até 1956.

conferência do geógrafo Raoul Blanchard (1877-1965), George apresenta Lacoste na qualidade de seu assistente.

Em 1956, Lacoste se desfilia do Partido Comunista Francês. Membro da célula Sorbonne-Lettres dos professores comunistas, Lacoste faz parte de uma delegação que se dirige à Assembleia Nacional que implora aos deputados comunistas que não votem a favor dos poderes especiais requeridos por Guy Mollet para aumentar a duração do serviço militar e enviar contingente para a Argélia com o fito de manter a ordem colonial. Para sua decepção – e sob o pretexto de que a unidade de esquerda não deveria ser rompida – os referidos deputados votam a favor.

A votação dos poderes especiais foi um “momento de decepção em França para aqueles que acreditaram que as eleições da Frente Republicana poderiam pôr fim à guerra da Argélia<sup>25</sup>” (BATAILLON, 2006, p.7). Na visão de Lacoste, o PCF acreditava ter tomado uma decisão correta, acreditando ser esta – os poderes especiais para Guy Mollet – o único meio de findar as ações dos grandes colonos franceses em Argélia. Sentenciou: “Isso foi um erro” (ZANOTELLI, 2005, p.57-58). Ele chegou a procurar Dresch – figura influente do PCF – para confessar que não entendia os conflitos na célula *Sorbonne-Lettres* e que preferia não retornar ao Partido. O mestre o aconselhou a não fazer isso naquele momento. Perguntou quando fazer e Dresch acenou com a cabeça como se dissesse: “Faça como você quiser<sup>26</sup>” (LACOSTE, 2018, p.87).

Em todo caso, é possível dizer que esse episódio não abalou a relação entre mestre e discípulo. Lacoste reconhece que Dresch foi um dos poucos geógrafos a evocar os efeitos da colonização em uma obra<sup>27</sup> que publicou sobre o Mediterrâneo junto com o geógrafo Pierre Birot (1909-1984). Tanto Lacoste, quanto Dresch, eram “coloniais anticolonialistas” que consideravam – tal qual Lyautey – a colonização uma *etapa*.

---

<sup>25</sup> No original: moment de déception en France pour ceux qui ont cru que les élections du Front républicain pouvaient mettre fin à la guerre d'Algérie.

<sup>26</sup> No original : Faites comme vous voulez.

<sup>27</sup> Em dois tomos : (1) **La Méditerranée et le Moyen-Orient**. Tome Premier. La Méditerranée occidentale. Paris, P.U.F, 1953. E (2) **La Méditerranée et le Moyen-Orient**. Tome II, La Méditerranée orientale et le Moyen Orient. Les Balkans, l'Asie mineure, le Moyen-Orient. Paris : Presses Universitaires de France, 1956. Lacoste alude à primeira.

Após a desfiliação do Partido Comunista Francês, a impossibilidade de realizar trabalho de campo no Magrebe faz Lacoste se orientar para uma nova pista sugerida por Pierre George: a indústria da construção. Pierre George assim se expressou:

Ele se mostrou interessado por propostas que eu lhe tinha feito de estudos sobre a indústria e a cidade, sobre a indústria da construção civil e a indústria do cimento. Materiais novos que iriam transformar consideravelmente as paisagens. O cimento encontra-se nas grandes obras, como as centrais hidroelétricas e os prédios de nossos subúrbios, que criticamos hoje. Mas ele se colocou a seguinte questão: é mais importante saber quantas toneladas de cimento fabricamos ou é mais importante buscar entender se as pessoas são capazes de se compreender entre si? (ZANOTELLI, 2005, p.43).

A proximidade com Pierre George e Jean Dresch, sua preocupação com as questões que poderíamos chamar de geopolíticas no Magrebe, *and last but not least* o encontro com a obra de Ibn Khaldun serão determinações fundamentais para que Lacoste dê os primeiros passos numa carreira que se estenderá da geografia à geopolítica, passando por colonialismo, subdesenvolvimento e Terceiro Mundo. E um passo decisivo desse processo será a publicação de *Les Pays Sous-développés*, em 1959.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo deste breve percurso histórico de Yves Lacoste permitiu-nos evidenciar a importância: (1) do colonialismo na sua trajetória biográfica; (2) do papel decisivo desempenhado pelos mestres Jean Dresch e Pierre George; e (3) do mundo que se inaugura tripartite após a Segunda Guerra.

Certamente, esses três fatos e fatores podem e devem ser pensados conjuntamente. Toda a produção bibliográfica de Yves Lacoste é posterior ao fim da crueldade inaudita rediviva. A decisiva vitória soviética em Stalingrado futuramente refletirá na adesão de Lacoste ao PC francês. Ademais, a descolonização afro-asiática, consequência da Segunda Guerra Mundial, vai ser o espaço decisivo da reflexão sobre desenvolvimento. Seu Marrocos, sua Argélia, outrora

colônias, agora são países subdesenvolvidos que se veem forçados a se desenvolverem economicamente e a se constituírem politicamente enquanto Estado-nação independente.

Visto que nosso artigo se limitou a um momento do movimento lacosteano (1929-1959), é fundamental que as pesquisas futuras (1) considerem e reconsiderem de que forma esse percurso revelou-se e relacionou-se em outros escritos do autor e em outros momentos por ele vivenciados; e posteriormente (2) perscrutem qual o lugar ocupado pelo desenvolvimento econômico na totalidade da obra de Yves Lacoste.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. **Imperialismo e fragmentação do espaço**. 5ªed. São Paulo: Contexto, 1999 [1988].
- ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. Tradução de Vera Ribeiro. 10, reimp. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016 [1994].
- BASTOS, Carlos Pinkusfeld; BRITTO, Gustavo. Introdução. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Org.). **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010 [1958], p.7-41.
- BATAILLON, Claude. Six géographes en quête d'engagement: du communisme à l'aménagement du territoire. Essai sur une génération. **Cybergeo: European Journal of Geography** [En ligne], Epistémologie, Histoire de la Géographie, Didactique, document 341, mis en ligne le 27 juin 2006, consulté le 23 mars 2020. URL: <http://journals.openedition.org/cybergeo/1739>
- BONENTE, Bianca Aires Imbiriba Di Maio. **Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista**. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal Fluminense, 2011. 148f.
- BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. 2ª. Edição. São Paulo Perspectiva, 1992, p. 115-124.
- BRAUDEL, Fernand. O Tempo do Mundo. In: **Civilização Material, Economia e Capitalismo, séculos XV-XVIII**, vol. III. São Paulo, Martins Fontes, 1996, p.7-55.
- BRAUDEL, Fernand. Os Jogos das Trocas. In: **Civilização Material, Economia e Capitalismo, séculos XV-XVIII**, vol. II. São Paulo, Martins Fontes, 1996, p. 192-216.
- BUKHARIN, Nikolai Ivanovitch. **A economia mundial e o imperialismo: esboço econômico**. Tradução de Raul de Carvalho. 3ªed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

CEPAL. Estudo econômico da América Latina [1949]. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Tradução de Vera Ribeiro, Rio de Janeiro: Record: 2000, p.137-178.

DOSMAN, Edgar J. **Raúl Prebisch** (1901-1986): a construção da América Latina e do terceiro mundo. Tradução por Teresa Dias Carneiro e César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2011.

EMMANUEL, Arghiri. **A troca desigual**. Volume 1. Tradução de Fátima Martins Pereira. Lisboa: Editorial Estampa, 1973 [1972].

ENGELS, Friedrich. Introdução à edição de 1895 de *As Lutas de Classes na França de 1848 a 1850*. In: MARX, Karl. **A Revolução antes da Revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p.37-62.

FANON, Frantz. El calvario de un pueblo [1958a]. In: FANON, Frantz. **Escritos políticos**. Traducción de Leandro Sánchez Marín. Medellín: ennegativo ediciones, 2020, p.133-140.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. 2ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, Celso. **Pequena Introdução ao Desenvolvimento**: enfoque interdisciplinar. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

GEORGE, Pierre. Problemas, doutrina e método. In: GEORGE, Pierre et al. **A geografia ativa**. 4ªed. Tradução de Gil Toledo et al. São Paulo: DIFEL, 1975 [1964], p.9-40.

HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula**: visita à história contemporânea. 4.ed. São Paulo: Selo Negro, 2008 [2005].

HOBBSBAWM, Eric. **A era dos extremos**: O breve século XX: 1914-1991. Tradução de Marcos Santarrita. Revisão técnica de Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 [1994].

LACOSTE, Yves. Braudel geógrafo. In: LACOSTE, Yves. **Ler Braudel**. Tradução de Beatriz Sidou. Campinas, SP: Papirus, 1989, p.175-225.

LACOSTE, Yves. **La géopolitique et le géographe** : entretiens avec Pascal Lorot. Paris : Choiseul, 2010.

LACOSTE, Yves. **Aventures d'un géographe**. Paris: Équateurs, 2018.

MAGDOFF, Harry. **Imperialismo**: da Era Colonial ao presente. Tradução de Ruy Jungman. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979 [1978].

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: livro I. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 27ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2010 [1867].

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política, livro primeiro: o processo de produção do capital, volume II; Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 25ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2011 [1867].

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política, livro terceiro: o processo global de produção capitalista, volume VI; Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2008 [1894].

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Feuerbach - A Oposição entre as Cosmovisões Materialista e Idealista. Tradução de Frank Müller. São Paulo: Martin Claret, 2007.

MORAES, Reginaldo C. Corrêa. **Celso Furtado** – o subdesenvolvimento e as ideias da Cepal. São Paulo: Ática, 1995.

NAYYAR, Deepak. **A Corrida Pelo Crescimento**: Países em Desenvolvimento na Economia Mundial. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

NERY, Tiago. **A economia do desenvolvimento na América Latina**: o pensamento da CEPAL nos anos 1950 e 1990. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2011.

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais [1949]. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2000a, p.69-136.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. Tradução de Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. 3.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988 [1817].

RODRIGUEZ, Octavio. **Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.

RODRIGUEZ, Octavio. **O estruturalismo latino-americano**. Tradução por Maria Alzira Brum Lemos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009 [2006].

SOUSA NETO, M. F. Afinidades eletivas ou crítica a uma história da geografia sem classe(s). **Geosp**, v. 25, n. 1, p. 1-6, e-173953, 2021. ISSN 2179-0892.

SAUVY, Alfred. Trois Mondes, Une Planète. **L'Observateur**, 14 août 1952, n°118, page 14. Acesso em 12 set. 2012.

STONE, Oliver; KUZNICK, Peter. **A história não contada dos Estados Unidos**. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Faro Editorial, 2015.

TOMICH, Dale. **Pelo Prisma da Escravidão: Trabalho, Capital e Economia Mundial**. São Paulo: Edusp, 2011, p. 53-79.

VERDI, Elisa Favaro Verdi. Yves Lacoste, a geografia do subdesenvolvimento e a reconstrução da geopolítica. **Terra Brasilis** (Nova Série) [Online], 9 | 2017, posto online no dia 29 dezembro 2017, consultado 14 novembro 2019. URL: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/2286>; DOI: 10.4000/terrabrasilis.2286

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Capitalist World-Economy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983, p. 1-37.

WOLF, Eric R. **Peasant Wars of the Twentieth Century**. N. York: Harper Torchbooks, 1973.

ZANOTELLI, Cláudio Luiz. **Yves Lacoste**: entrevistas. Transcrição de Florence Baltz Zanotelli. São Paulo: Annablume, 2005.

**Enviado em 26/12/2020**

**Aceito em 05/08/2021**